



Data
15/06/2022
13:52:26

Setor de Origem
CMG - DVERE

Tipo
Legislativo

Assunto
REQUERIMENTO LEGISLATIVO 4800/2022 - GBMauroRubem/PLENA/CMG - registro do Manifesto da Luta Antimanicomial de Goiânia nos Anais da Casa.

Interessados
JURANDIR BLOTTA, MAURO RUBEM

Situação
Finalizado

Trâmites

- 15/06/2022 14:46
Recebido por: DVDOC: JURANDIR BLOTTA
- 15/06/2022 13:54
Enviado por: DVERE: FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA



REQUERIMENTO LEGISLATIVO 4800/2022 - GBMauroRubem/PLENA/CMG

“Requer Moção de Aplauso à Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental do Estado de Goiás (AUSSM-GO), com o registro do manifesto da Luta Antimanicomial de Goiânia nos anais da casa, e que sejam tomadas pelo Prefeito de Goiânia e pelo Secretário de Saúde, medidas efetivas para o atendimento imediato das demandas reivindicadas no referido manifesto”

Sr. Presidente,

O Vereador, que o presente instrumento subscreve, vem, com fundamento em suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais **requerer Moção de Aplauso Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental do Estado de Goiás (AUSSM-GO), com o registro do Manifesto da Luta Antimanicomial de Goiânia nos Anais da Casa, e que sejam tomadas pelo Prefeito de Goiânia e pelo Secretário de Saúde, medidas para o atendimento imediato das demandas reivindicadas no referido manifesto**, o qual segue adiante exposto:

“Manifesto da Luta Antimanicomial Goiânia, 2022

18 de Maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial

Neste 18 de Maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial - há muito o que considerar. Após vinte e um anos da Lei 10.216/01 que reconheceu a urgência de mudar o modelo assistencial em saúde mental, até então hospitalocêntrico, comemoramos a criação de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para atendimento em liberdade de acordo com as necessidades de cada pessoa. Já são mais de 2.660 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - serviços especializados - além de ações e cuidados na atenção básica, urgência, convivência e geração de renda, o que mudou o cenário em todo o país. Mas a luta contínua, pois instituições psiquiátricas adeptas dos manicômios insistem em permanecer, sobrevivem de ideias preconceituosas, violentas, racistas, segregadoras e buscam verbas públicas em seus representantes e aliados.

Além disso, vivemos o período de maior retirada de investimentos em políticas públicas e direitos sociais, associado a uma política financeira e monetária recessiva que prioriza os

bancos e os mais ricos, causando empobrecimento e grande sofrimento à população, principalmente à mais vulneráveis. Aumentam as taxas de população na rua, desempregados e desassistidos. Situação que piora com o distanciamento social por causa da Covid-19, com muitas perdas, dificuldades de elaborar o luto, fobia social, isolamento, o que traz como consequência a subida nos índices de depressão, ansiedade, angústia e suicídio, inclusive entre adolescentes, aumentando a necessidade urgente de cuidados em saúde mental.

Neste contexto foi instalada a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental – 5ª CNSM com o tema “A Política de Saúde Mental como Direito: Pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços de atenção psicossocial no SUS”, que propõe em seu quarto eixo discutir e apresentar propostas sobre: “Impactos na saúde mental da população e os desafios para o cuidado psicossocial durante e pós-pandemia da COVID-19, com ampla participação de mais de 50% dos municípios brasileiros” -- o que nos permitirá reafirmar a política pública, o SUS estatal e público e o cuidado em liberdade.

Enquanto isso, observamos que houve repasse de grande volume de dinheiro público a instituições psiquiátricas por meio da portaria 596/22, em pleno processo de Conferência de Saúde Mental. Com isso o governo federal desidrata o financiamento do SUS e, particularmente, da RAPS, que vêm sofrendo por falta de estrutura física, falta de concurso público para repor vagas de trabalhadores/as, falta de medicamentos e de materiais de consumo e de oficinas e terapias. Entendemos que o sucateamento das unidades de saúde mental é uma estratégia de privatização que repudiamos!

Aqui em Goiás, o governador promulgou a Lei nº 21.292 em 6 de abril de 2022, que institui a Política Estadual de Atenção, Cuidados e Proteção da Saúde Mental, divulgada no diário oficial/GO – Nº 23.774. Isso ocorreu sem nenhuma discussão prévia com usuários, trabalhadores, pesquisadores e militantes da luta antimanicomial, em pleno período da V Conferência Nacional da Saúde Mental, cujas etapas municipais foram realizadas em todo o Estado. Ao aprovar um texto vago e aparentemente inofensivo, o governo goiano inverte a direção da política pública no estado se contrapondo à radicalidade de substituir o manicômio por uma Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, abrindo espaço para incluir Comunidades Terapêuticas, sinônimas de manicômios. Tal atitude revela total desrespeito à Lei Federal 10.216/01, que reorienta o modelo assistencial no País e redireciona verbas para a criação de uma Rede de Atenção Psicossocial.

Em Goiânia, ocupam cargos de gestão na RAPS pessoas sem conhecimento e sem compromisso com o SUS e a política pública do cuidado em liberdade na saúde mental, mantendo uma prática nefasta de cabide de empregos para assessores e indicados políticos, cujo compromisso está direcionado aos interesses de seus padrinhos. Assim, a Unidade fica à deriva e deixa de cumprir seu principal papel na articulação da rede de cuidados para garantir a execução do projeto terapêutico singular de cada usuário. Sem poder atender adequadamente (e sucateados!) os CAPS são alvo de privatizações

indesejadas.

Em defesa do cuidado em liberdade, retomamos as atividades do movimento social, aqui representados pelo Fórum Goiano de Saúde Mental, Coletivo Desencuca e Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental (AUSSUM-GO) que se organizam e realizam ações e debates, além de participar das instâncias oficiais como os Conselhos Locais, Municipais, Estadual e Nacional na defesa do SUS e da RAPS. A nova diretoria da AUSSM-GO iniciou seus trabalhos realizando visita a todas as Unidades da RAPS em Goiânia, e apresenta síntese de seus relatórios.

Relatório de visitas na RAPS em Goiânia, realizada pela AUSSM-GO/TO em Abril de 2022.

Nos meses de Março e Abril de 2022, membros da nova diretoria da AUSSM/GO visitaram as Unidades de Saúde Mental em Goiânia e produziram relatório detalhado cujos principais problemas identificados são:

- 1- Conselhos Locais desestimulados por falta de retorno em suas solicitações e denúncias;*
- 2- Equipe técnica inferior à necessidade da população de referência na maioria dos serviços;*
- 3- Ausência de pessoal administrativo na maioria dos serviços - o que prejudica as tarefas específicas, incluindo registros financeiros e sobrecarrega o gestor;*

4-dsa

- 4- Pessoal de limpeza terceirizado na maioria dos serviços - o que dificulta a participação no cuidado compartilhado entre a equipe;*
- 5- Dois Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) existentes foram redivididos em três endereços - o que desestruturou os serviços e reduziu as equipes e os atendimentos;*
- 6- Três CAPS-Ad (álcool e drogas) sendo dois com atendimento 24h, equipes reduzidas, projeto institucional confuso que não prioriza a redução de danos - principal recurso técnico da política pública;*
- 7- Quatro CAPS II e um CAPS III para atendimento em transtornos mentais cujo projeto técnico encontra-se fragilizado pela ausência de compromisso com o SUS, a RAPS e os direitos humanos.;*
- 8- Falta qualificação das equipes na defesa do SUS e o cuidado em liberdade para contribuir efetivamente com a desinstitucionalização e produção de sentidos nos projetos terapêuticos singulares (PTS);*
- 9- Ausência de supervisor/a de rede ou institucional que favoreça o desenvolvimento e a articulação da rede de cuidados e a intersetorialidade entre as diversas políticas públicas existentes;*
- 10- Gestores comprometidos com seus padrinhos políticos, sem qualificação técnica, liderança e capacidade de gestão ou compromisso com a desinstitucionalização;*
- 11- Pouca presença de estagiários ou outros agentes de questionamento, reflexão e crítica.*
- 12- Computadores em número insuficiente, antigos e sem manutenção; internet de má qualidade e sem acesso aos usuários;*

- 13- Falta frequente de material de consumo (administrativo, limpeza e de oficinas terapêuticas), que são obtidos por meio de doações e vaquinhas entre trabalhadores;
- 14- Falta habitual de medicamentos básicos da lista oficial, que contribui para o agravamento de crises, aumento no custo do tratamento e desgaste familiar;
- 15- Refeições insuficientes e de baixa qualidade, considerando que fazem parte do tratamento previsto no CAPS;
- 16- Usuários entrevistados reconhecem o valor do tratamento nos CAPS, a importância de serem ouvidos na definição do seu projeto de cuidado, a efetiva participação da família e a possibilidade de se manter em casa, podendo circular na cidade;
- 17- A maioria dos Serviços em imóveis alugados cujo pagamento está em atraso de até um ano. Alguns encontram-se em situação precária, necessitando de reforma, reparos e manutenção. Outros estão localizados em imóveis de difícil acesso.

Considerações e Encaminhamentos:

Diante desta lista de problemas e da gravidade das questões apontadas, entendemos que o descuido com a RAPS em Goiânia é intencional com vistas à terceirização da gestão que passaria para uma OS. O que é inadmissível! Pesquisas já mostraram a incompetência destas instituições em garantir a universalidade, integralidade e equidade, princípios fundamentais do SUS, além do aumento dos custos para os cofres públicos. Isso não pode continuar e deve implicar todos os responsáveis, gestores e trabalhadores, na solução dos problemas.

Aos trabalhadores dos CAPS alertamos para que se qualifiquem em desenvolver atendimentos significativos capazes de fazer a diferença na vida de quem os procura. Só o compromisso com a política pública e a defesa da RAPS e do SUS podem assegurar a sua continuidade e o emprego de cada um, evitando a privatização. Asseguramos que o melhor remédio em saúde mental continua sendo o contato genuíno, humanizado, respeitoso, disponível para a construção de um projeto de cuidado e de vida singular, pautado nas necessidades do usuário.

Ao Secretário de Saúde de Goiânia solicitamos e reivindicamos concurso público já! E ainda, que sejam realizadas eleições para gestores (a exemplo da Educação) entre os trabalhadores que se destacam por sua clareza e capacidade no entendimento da RAPS e o processo de desinstitucionalização. Para tanto, deverá ser oferecida gratificação de atividade sem prejuízo de outras da atividade profissional; Oferecer curso de qualificação permanente para gestores e trabalhadores; Oferecer curso de qualificação permanente para o Conselho Local; Buscar recursos para a compra ou construção de imóveis para os CAPS existentes. Ou, ainda, identificar imóveis públicos que possam ser utilizados. Sem, contudo, se descuidar da administração do cotidiano da RAPS.

Cientes de que o financiamento e as responsabilidades na implementação da política de saúde mental são das três esferas de gestão (federal, estadual e municipal), indicamos a

revogação da lei estadual nº 21.292/22 que se apresenta na contramão da lei federal 10.216/01. E que o Estado de Goiás realize o repasse de verbas para a manutenção da RAPS aos municípios goianos, mantendo-o atualizado.

Diante do exposto, recomendamos ao Congresso Nacional Brasileiro que rejeite a PEC-32, que tramita naquela Casa Legislativa, e enterre de vez as ideias de privatização de políticas públicas que atendem as necessidades do povo, como saúde, assistência social e educação. A referida PEC-32 propõe a contrarreforma administrativa de modo a culpabilizar os servidores públicos pelas dificuldades financeiras do País e propõe reduzir salários daqueles que menos ganham, retirando do teto de gastos os maiores salários da União, como os militares e os trabalhadores do judiciário, que ostentam diversas regalias, ajuda de custos e gratificações. Outra providência urgente e necessária é a revogação imediata da Emenda Constitucional 95/19, que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas, desrespeitando a Constituição Federal que reconhece saúde e educação como direitos de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros/as e dever do Estado.

- Por mais respeito no atendimento em saúde mental!
- Por justiça social e distribuição de renda!
- Para garantir políticas públicas inclusivas!
- Por salários justos e reposição salarial para os/as trabalhadores/as públicos/as!
- Por um SUS forte e RAPS potente na desinstitucionalização.
- Por um SUS forte, público, estatal e com gestão competente.
- Por concurso público já!
- Pela revogação da EC95!
- Pelo arquivamento da PEC-32!

Manicômio nunca mais!

FÓRUM GOIANO DE SAÚDE MENTAL

COLETIVO DESENCUCA

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL (AUSSUM-GO) ”

Ao teor deste manifesto, reivindica-se ao Secretário de Saúde de Goiânia:

- i. **a realização de concurso público em caráter de urgência;**
- ii. **que sejam realizadas eleições para gestores (a exemplo da Educação) entre os trabalhadores que se destacam por sua clareza e capacidade no entendimento da RAPS;**
- iii. **Que seja garantida a gratificação de atividade sem prejuízo de outras da atividade profissional;**
- iv. **Oferecer curso de qualificação permanente para estes gestores e trabalhadores;**
- v. **Oferecer curso de qualificação permanente para o Conselho Local;**
- vi. **Buscar recursos para a compra ou construção de imóveis para os CAPS existentes. Ou, ainda, identificar imóveis públicos que possam ser utilizados. Sem, contudo, se descuidar da administração do cotidiano da RAPS.**

Sendo assim, o vereador que o presente instrumento subscreve, requer a apreciação e apoio dos seus nobres pares na aprovação desta Moção de Aplauso, para saudar a **Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental do Estado de Goiás (AUSSM-GO), com o registro do Manifesto da Luta Antimanicomial de Goiânia nos Anais da Casa, e para requerer que sejam tomadas pelo Prefeito de Goiânia e pelo Secretário de Saúde do Município, medidas para o atendimento imediato das demandas reivindicadas no referido manifesto.**

Goiânia-GO, Plenário da Câmara Municipal (Sala Ver. Trajano Guimarães), aos 18 dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois. (18.05.2022).

Ver. MAURO RUBEM (PT)
Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social da
Câmara Municipal de Goiânia

Documento assinado eletronicamente por:

- **CAROLINA ARAUJO DE QUADROS, SV - DRLEG**, em 26/05/2022 09:50:03.
- **MAURO RUBEM, Vereador - CD - GBMauroRubem**, em 26/05/2022 10:04:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/05/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.camaragyn.go.gov.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:



Código Verificador: 17767

Código de Autenticação: eda2f92add

Despacho de 15/06/2022

Despacho:

Encaminhamento Requerimento 4800/2022, do Ver. Mauro Rubem, para que sejam tomadas as devidas providências.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- FLAVIA FERNANDA DE OLIVEIRA, CD - NCEPR, DVERE, em 15/06/2022 13:54:14.

TERMO DE FINALIZAÇÃO DO PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Número Processo: 00000.003435.2022-20
Sector de Finalização do Processo: DVDOC
Data/Hora Finalização do Processo: 15/06/2022 14:47:12

DADOS DO USUÁRIO

Nome: JURANDIR BLOTTA
Matrícula SIAPE: 80642845115
Cargo: ASSISTENTE TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE ADMINISTRATIVO (NS) - 66
Lotação: -
Exercício: DVDOC

Justificativa

Arquivado em 15/06/2022